

Introdução.....	23
1 Os governantes devem prestar contas.....	39
1.1 Democratismo, republicanismo e liberalismo.....	41
1.2 O arranjo entre três tradições em tensão.....	44
1.3 Democracia, representação e <i>accountability</i>	47
1.4 O significado de <i>accountability</i>	51
1.5 Dimensões da <i>accountability</i>	57
1.5.1 <i>Accountability</i> vertical.....	58
1.5.2 <i>Accountability</i> horizontal.....	62
2 <i>Accountability</i> financeira e orçamentária no Brasil.....	71
2.1 Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial ...	77
2.2 Controle quanto à legalidade, legitimidade e economicidade	82
2.3 Controle interno e controle externo	89
2.4 Controle externo pelo Poder Legislativo	97
2.5 Controle externo pelos tribunais de contas	104
2.5.1 Relação entre os tribunais de contas e os parlamentos	109
2.5.2 Os tribunais de contas e a jurisdição	113
2.5.3 Processos de controle externo.....	116
2.5.4 Normas de direito financeiro e cortes de contas	121
2.6 Competências e funções dos tribunais de contas	128
2.6.1 Função administrativa.....	131
2.6.2 Função de ouvidoria.....	132
2.6.3 Função normativa	133
2.6.4 Função corretiva	135
2.6.5 Funções sancionadora e reintegradora.....	140
2.6.6 Função informativa	145

•• *Contas dos governantes*

2.6.7	Função fiscalizadora.....	146
2.6.7.1	Fiscalização dos atos de pessoal sujeitos a registro.....	147
2.6.7.2	Fiscalização <i>stricto sensu</i>	148
2.6.7.3	Fiscalização da gestão fiscal.....	156
2.6.8	Função judicante.....	157
2.6.9	Função consultiva.....	162
3	Apresentação e apreciação das contas de chefe de Poder Executivo.....	165
3.1	O chefe do Poder Executivo.....	166
3.1.1	Governadores e prefeitos.....	180
3.2	Prestação de contas por chefe de Poder Executivo.....	184
3.2.1	Responsabilidade pela apresentação das contas.....	185
3.2.2	Instituição competente para receber as contas.....	188
3.2.3	Periodicidade e prazo da prestação de contas.....	194
3.2.4	Conteúdo da prestação de contas.....	198
3.2.5	Omissão de chefe de Poder Executivo.....	213
3.3	Competência para o julgamento de contas.....	222
3.3.1	Contas de chefe de Poder Executivo ordenador de despesas.....	223
3.3.1.1	Insegurança jurisprudencial e doutrina desde a CRFB/1988 ..	227
3.3.1.2	A competência é do Poder Legislativo.....	251
3.3.1.3	Alternativas para os tribunais de contas.....	264
3.3.2	Contas referentes a recursos oriundos de outros entes da federação ..	273
3.3.3	Contas dos chefes dos demais poderes e dos órgãos independentes ...	281
3.3.3.1	Contas dos presidentes dos tribunais de contas.....	286
3.3.4	Contas dos interventores.....	293
3.4	Apreciação das contas pelos tribunais de contas.....	297
3.4.1	Objeto, objetivo e critérios da apreciação.....	299
3.4.1.1	Apreciação dos balanços gerais.....	302
3.4.1.2	Apreciação da execução dos orçamentos.....	315
3.4.1.2.1	Avaliação em relação aos objetivos e metas do PPA...	323
3.4.1.2.2	Cumprimento das metas e prioridades da LDO....	328
3.4.1.2.3	Conformidade com os critérios constitucionais e legais.....	331
3.4.1.2.4	Opinião sobre a execução dos orçamentos.....	358

3.4.1.3	Apreciação de outros temas	368
3.4.2	Prazo para apreciação	373
3.4.3	Dinâmica de apreciação	381
3.4.4	Parecer prévio	391
3.4.5	Impugnação dos pareceres prévios perante os tribunais de contas	401
3.5	Efeitos jurídicos da emissão de parecer prévio	406
	Conclusão.....	415
	Referências.....	449
Apêndice A	Histórico das contas presidenciais	539
Apêndice B	Seleção da amostra de municípios	541
Apêndice C	Cálculo da margem de erro efetiva	549